



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL

COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (CPG ATUNS E AFINS)

ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REUNIÃO VIRTUAL

BRASÍLIA / DF, 6 DE SETEMBRO DE 2023

1. ABERTURA

A 3ª Reunião Extraordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Atuns e Afins (CPG Atuns e Afins) ocorreu no dia 6 de setembro de 2023, na forma virtual (videoconferência).

O Coordenador do CPG Atuns e Afins, Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz, cumprimentou a todos e destacou que a reunião se tratava de uma reunião extraordinária e pauta única, que tratou sobre as medidas de monitoramento e controle da cota de captura da albacora-bandalim, limite de captura publicado pela INI MPA/MMA Nº 2/2023.

Explicou que teriam dois momentos de apresentação, que seria a apresentação do Sr. Rodrigo Sant'Anna, que iria apresentar uma projeção dos modelos de captura, por modalidade a qual foi solicitado a ele via CPG e, posteriormente, a apresentação do escopo da minuta, que abordaria os principais pontos a serem discutidos por essa norma de monitoramento e controle, realizado pela Diretora do Registro e Monitoramento, Sra. Elielma Borcem (SERMOP), e passou a palavra ao Sr. Rodrigo Sant'Anna.

2. PARTICIPANTES

Relação dos membros, representantes e convidados que participaram da 3ª Reunião Extraordinária do CPG Atuns e Afins, realizada em formato virtual (videoconferência):

- Coordenação CPG Atuns e Afins

Senhor Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador)

- Secretaria-executiva do CPG Atuns e Afins

Senhora Sandra Silvestre de Souza (Secretária Executiva)

Senhora Luana Arruda Sêga (Equipe de apoio)

- Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (CPG ATUNS E AFINS)

ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REUNIÃO VIRTUAL

BRASÍLIA / DF, 06 DE SETEMBRO DE 2023

Senhora Ormezita Barbosa de Paulo (Suplente)

Senhora Flávia Lucena Frédou (Convidada)

Senhora Elielma Ribeiro Borcem (Convidada)

Senhora Valdimere Ferreira (Convidada)

- **Ministério de Portos e Aeroportos (MPA)**

Ausente

- **Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)**

Senhor Gilberto Salles

- **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)**

Iran Cardoso Junior (Titular)

- **Ministério de InfraEstrutura (MINFRA)**

(Ausente)

- **Estado-Maior da Armada, Marinha do Brasil (EMA/MB)**

Eduardo Barros Fagundes Netto (Titular)

- **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)**

Senhora Francisco Joeliton dos Santos Bezerra

- **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)**

Ausência justificada

- **Secretaria da Agricultura da Pecuária e da Pesca no Estado do Rio Grande do Norte (SAPE-RN)**

Senhor Francisco de Paula (Suplente)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (CPG ATUNS E AFINS)

ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REUNIÃO VIRTUAL

BRASÍLIA / DF, 06 DE SETEMBRO DE 2023

- Secretaria Estadual de Agricultura e Aquicultura do Espírito Santo (SEAG)

Senhor Antonio Carlos Cavalcanti de Souza (Titular)

- Secretaria Executiva da Aquicultura e Pesca do Estado de Santa Catarina (SAQ - SC)

Senhor Fabiano Muller (Titular)

- Secretaria de Pesca e Aquicultura do Estado do Ceará (SPA-CE)

(Ausente)

- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Senhor Mauro Costa Cavalcante Filho (Suplente)

- Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (ABIPESCA)

Senhor Jairo Gund (Titular)

Senhora Laís Belsito Pestana (Suplente)

Senhor Gustavo Burle (Convidado)

Senhor Arimar França Filho (Convidado)

Senhor Carlos Curado (Convidado)

Senhor Jonathan Moraes (Convidado)

Senhor Eduardo Poener (Convidado)

Senhor Mauricio Assunção Geraldo Consentino (Convidado)

Senhor Giovani Genazio (Convidado)

Senhora Roberlane de Castro Paiva (Convidada)

- Associação Brasileira de Engenharia da Pesca (ABEP)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (CPG ATUNS E AFINS)

ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REUNIÃO VIRTUAL

BRASÍLIA / DF, 06 DE SETEMBRO DE 2023

(não houve manifestação)

Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (AMFRI)

(Ausente)

**- Associação Nacional dos Armadores e Proprietários de Embarcações
Pesqueiras (PESCA-BR)**

Senhor Gabriel Calzavara de Araújo (Titular)

Senhor Pedro Gilson Dias De Araújo (Suplente)

- Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura (CONEPE)

Senhor Carlos Eduardo Villaça (Titular)

Natali Piccolo (Convidada)

Senhora Sabrina de Oliveira (Convidada)

- Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA)

Jorge Luiz Marques de Souza (Titular)

- Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil (FAEP-BR)

Senhor Elizeu Augusto de Brito (Titular)

**- Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins
(FNTTA)**

Senhor Jorge Machado (Convidado)

**- Sindicato da Indústria da Pesca, de Produtos Derivados da Pesca e
Armadores de Pesca e Armadores de Pesca do Estado do Rio Grande do Sul
(SINDIPESCA-RS)**

(Ausente)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (CPG ATUNS E AFINS)

ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REUNIÃO VIRTUAL

BRASÍLIA / DF, 06 DE SETEMBRO DE 2023

- Sindicato da Indústria de Pesca do Estado do Rio Grande do Norte - (SINDIPESCA-RN)

Senhor Rodrigo Fauze Hazin (Titular)

- Sindicato das Indústrias de Frio e Pesca do Estado do Ceará (SINDIFRIO-CE)

Senhor Paulo Gonçalves Neto (Titular)

- Sindicato das Indústrias de Pesca, da Aquicultura e das Empresas Armadoras, Armadores e Proprietários de Embarcações de Pesca do Estado do Pará (SINPESCA)

Ausente

- Sindicato dos Armadores da Pesca do Estado do Rio Grande do Sul (SINDARPES-RS)

Alexandre Carinha Novo ()

- Sindicato dos Armadores de Pesca do estado do Estado do Rio de Janeiro (SAPERJ)

Senhor Alexandre Guerra Espogeiro (Titular)

- Sindicato dos Armadores e Indústrias da Pesca de Itajaí e Região (SINDIPI)

Senhora Luana Mallmann Specht (Titular)

Confederação dos Sindicatos de Pescadores Artesanais

(Ausente)

Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA)

(Ausente)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (CPG ATUNS E AFINS)

ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REUNIÃO VIRTUAL

BRASÍLIA / DF, 06 DE SETEMBRO DE 2023

Confederação Nacional dos Sindicato dos Pescadores Artesanais (CONFESPA)

(Ausente)

Associação de Pescadores e Armadores da Pesca do Distrito de Itaipava Espírito Santo (APEDI)

Senhor Ulysses Vieira Raposo (Convidado)

- Grupo Técnico Científico dos Atuns e Afins (GTC)

Senhor Paulo Eurico Pires Ferreira Travassos (Coordenador GTC)

- Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura do Estado do Rio Grande do Sul (SFPA-RS)

Ausente

- Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura do Ceará (SFPA-CE)

Ausente

- Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura do Estado de São Paulo (SFPA-SP)

Ausente

- Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura de Pernambuco (SFPA-PE)

Ausente

LISTA DE SIGLAS

Com intuito de trazer maior clareza acerca das siglas utilizadas ao longo da reunião se fez necessário a construção da lista de siglas abaixo para maior compreensão dos leitores.

BET	Albacora Bandolin
-----	-------------------



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL

COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (CPG ATUNS E AFINS)

ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REUNIÃO VIRTUAL

BRASÍLIA / DF, 06 DE SETEMBRO DE 2023

BIGEYE	Albacora Bandolin
BTC	Banco Técnico-Científico
CPG	Comitê Permanente de Gestão
FURG	Universidade Federal de Rio Grande
GTC	Grupo Técnico-Científico
ICCAT	Comissão Internacional de Conservação dos Atuns do Atlântico
PREPS	Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite
RAEP	Registro e Autorização de Embarcação Pesqueira
REC	Recomendação
RGP	Registro Geral da Atividade Pesqueira
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
SERMOP	Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa
TR	Termos de Referência
VU	Vulnerável
BB	Bigeye
LL	Long line

3. TEMAS APRESENTADOS/DISCUITIDOS

3.1. Monitoramento e Controle da cota de Captura da albacora-bandolim 2023



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (CPG ATUNS E AFINS)

ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REUNIÃO VIRTUAL

BRASÍLIA / DF, 06 DE SETEMBRO DE 2023

O Sr. Rodrigo Sant'Anna (GTC) apresentou o Modelo de Previsão de Captura de Albacora-bandolim (*Thunnus obsesus*), os limites de captura que o Brasil já se encontra e as projeções para cada mês.

Explicou que as informações utilizadas de entrada, foram oriundas de séries históricas de produção de BET, Bigeye e *Thunnus Obesus* de 2017 a 2022.

O primeiro gráfico à esquerda mostra que o padrão de produção trimestral e total ao longo dos anos é muito similar entre as diferentes frotas brasileiras, com pequenas variações; e essa informação que foi utilizada para construir uma capacidade preditiva de qual seria o valor esperado, a expectativa de valor produzido para o ano corrente, considerando os *delays* e atrasos na entrega da informação do Mapa de Bordo e Mapa Produção. Explicou que essa foi a base utilizada e que a expectativa para o ano seguinte seria bastante similar, assim como a tendência econômica e busca desse recurso seja igual ou próxima ao que vem sendo feito nos últimos anos.

Posteriormente, mostrou um resumo do que já foi mostrado em reuniões passadas (apresentação disponível no site do MPA), e que no dia 10 de agosto algumas pescarias já tinham atingido os seus totais, conforme proposto no último parecer do GTC, assim como um total de 5.441,10 t, sendo para o BB 193, 20 t, HL 3266,30 t, LL 1.722,30 t, LLsurf 241,80 t e PS 17,50 t.

Explicou que o cenário continuaria de atingimento de 100% desse valor para BB, vara isca viva e PS, se lá no dia 10 de agosto, já tinha atingido, naquele momento só tendeu a piorar e a expectativa para essas duas frotas e que ainda será atingido até o dia 30 de setembro, no caso da vara isca viva 149% e do PS 105% das suas cotas originais. No caso do *handline* e do *long line*, os cenários são um pouco mais distintos do que as frotas mais marginais. O *handline* estaria com expectativa de atingir até o dia 30 de setembro, seus 93% da cota já pré-estipulada para esse ano e o *longline* atingiria 63%. O *longline* de superfície tem a previsão de extrapolar os 100% de captura no dia 30 de setembro, chegando aos 121% de produção.

Em outubro, as modalidades que não atingiram sua cota em setembro, extrapolam sua cota, com exceção do *longline* que atingirá 70% de sua cota e, de



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (CPG ATUNS E AFINS)

ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REUNIÃO VIRTUAL

BRASÍLIA / DF, 06 DE SETEMBRO DE 2023

acordo com o que vem sendo produzido, no final do ano atingiria 84% no final do ano.

Finalizou dizendo que essas seriam as estimativas gerais que o GTC tinha para apresentar na reunião e para municiar o CPG para o processo de decisão de gestão e controle

O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Atuns e Afins) declarou que naquele momento não abriria para os inscritos, que passaria para apresentação dos principais pontos de escopo da minuta, rememorou que na reunião passada houveram muitos pontos levantados a respeito da cota, do monitoramento e da captura do bandolim e com isso houve a necessidade por parte do GTC de uma nova reunião entre as duas pastas MPA e MMA. Dessa forma, o propósito da reunião seria apresentar alguns pontos considerados relevantes para a construção de uma minuta e não uma nova minuta. Após, o Sr. Rivetla Edipo (Coordenador do CPG) passou a palavra à Sra. Elielma Borcem (SERMOP) para apresentação dos principais pontos.

A Sra. Elielma Borcem (SERMOP) iniciou a apresentação do escopo da norma que trouxe medidas de monitoramento, controle e fiscalização para o ano de 2023. Em relação à cota, a Sra. Elielma Borcem abordou sobre as 9 (nove) frotas que capturam atuns e afins que estão previstas na matriz de permissionamento, que são reportadas à ICCAT. Pontuou que para as frotas de cardume associado, a modalidade 1.17 Norte e Nordeste e a modalidade 1.18 Sul e Sudeste, que tem como espécie alvo as albacoras e o bonito, totalizam o valor de 3.266,30 t.

Na modalidade espinhel horizontal de superfície, que abrange a área nacional e a área internacional, tem a modalidade 1.1 que tem como espécie alvo a albacora e a 1.2 que tem como alvo o espadarte e a espécie alvo na Autorização Complementar é a albacora, totalizam o valor de 1.722,30 t.

Na modalidade 1.3 voltado para o espinhel de Itaipava na região Sul e Sudeste, que tem como espécie alvo o dourado e na Autorização Complementar a albacora; na modalidade 1.4 espinhel boiado, voltado para área Norte e Nordeste



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (CPG ATUNS E AFINS)

ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REUNIÃO VIRTUAL

BRASÍLIA / DF, 06 DE SETEMBRO DE 2023

que tem como alvo o dourado e na complementar a albacora como alvo, totalizam o valor de 241,70 t.

A modalidade 1.13, que tem como alvo o bonito listrado e na fauna acompanhante a albacora, tem a cota de 193,20 t.

A modalidade 4.3, que tem o bonito como alvo na Autorização Complementar e na modalidade 4.6, que tem o bonito como alvo e na fauna acompanhante a albacora, totalizam a cota de 17,50 t.

Sobre as outras modalidades que existem na matriz de permissionamento, que trazem como fauna acompanhante ou na Autorização Complementar a albacora, a Sra. Elielma Borcem (SERMOP) declarou que no momento não se tem o monitoramento dessa produção e o controle do desembarque de albacoras dessas modalidades, além de que essas informações não eram reportadas, logo, elas não estão incluídas no modelo preditivo apresentado pelo Sr. Rodrigo Sant'Anna (GTC). Dessa forma essas modalidades ficam proibidas de capturarem e reterem a bordo, desembarcar e a comercializar a albacora-bandolim.

Sobre o monitoramento das cotas, a Sra. Elielma mencionou que vai ser realizada pelo modelo preditivo, conforme já apresentado pelo Sr. Rodrigo Sant'Anna (GTC), com base nos dados históricos disponíveis, que foi o cálculo feito pelo GTC, sendo que o modelo será ajustado conforme os Mapas de Bordo e Mapas de Produção que chegarem, ou seja, os resultados serão aferidos pelos dois mecanismos.

A Sra. Elielma Borcem (SERMOP) abordou que dentro das 9 modalidades apresentadas anteriormente, tem as duas modalidades que mais capturam, que é o espinhel horizontal de superfície e o cardume associado, e colocou que para essas modalidades se deve ter um olhar diferenciado, considerando a questão ambiental, social e econômica.

Para espinhel horizontal de superfície, modalidades 1.1 e 1.2 tem o gatilho ao atingir 90% da cota estabelecida, será informado no site do MPA e as embarcações deverão concluir seu cruzeiro de pesca e terão 15 dias para retornarem ao porto. Elas poderão realizar o último desembarque da albacora-



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (CPG ATUNS E AFINS)

ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REUNIÃO VIRTUAL

BRASÍLIA / DF, 06 DE SETEMBRO DE 2023

bandolim, devidamente registrada no Mapa de Bordo e na nota de produtor ou nota fiscal de primeira venda.

Para o cardume associado, modalidades 1.17 e 1.18, o encerramento da pesca de albacora-bandolim será dia 12 de outubro de 2023 e a frota terá 15 dias para desembarcar também. Após o encerramento, a atividade poderá ser continuada com algumas condições, sendo estas: a devolução ao mar de albacora-bandolim (viva e sem ferimento) e que esse registro seja feito no Mapa de Produção; uso exclusivo de anzol sem farpas e embarque de observadores de bordo em no mínimo 5% do total das viagens. Essas três primeiras medidas seriam para as duas modalidades.

O desembarque exclusivamente nos portos indicados foi definido somente para frota de cardume do Norte e Nordeste, assim como o monitoramento de todos os desembarques. Os portos foram indicados na Portaria, e a princípio, foram colocados os portos de Natal/RN, Areia Branca/RN, Itarema/CE, Acaraú/CE e Bragança/PA. Essa definição dos portos de desembarque foi apurada por meio do rastreamento dessas embarcações e por meio do Mapa de Bordo. Com isso, verificou-se que a maioria já desembarca nos referidos portos. Ressaltou que essa obrigatoriedade só passa a valer com a publicação da norma.

Para as outras modalidades existe um limite de captura da espécie albacora-bandolim em peso da produção por cruzeiro de pesca. Para o espinhel de Itaipava e espinhel boiado tem um limite de desembarque de 10%; para vara e isca viva 1% e para o cerco, um limite de 10%.

Em relação à comprovação de origem do pescado, o MPA propôs algumas medidas, sendo que para pessoa física, seria necessário a emissão da nota do produtor e para pessoa jurídica seria a emissão de nota fiscal de primeira venda. Na nota deverá conter o nome da embarcação, RGP e a relação da pesca em quilos por espécie (nomes científicos). Deverão acompanhar o pescado por toda a cadeia de custódia até a exportação ou estabelecimento de venda ao consumidor final.

E não serão aceitas notas fiscais emitidas em nome de pessoa física ou jurídica não produtora, e neste ponto a Sra. Elielma declarou que a ideia foi garantir



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (CPG ATUNS E AFINS)

ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REUNIÃO VIRTUAL

BRASÍLIA / DF, 06 DE SETEMBRO DE 2023

saber a origem do pescado, para avançar na rastreabilidade e monitoramento dessa produção.

Quando houver o encerramento total, após o atingimento de 95% da cota, as atividades de pesca de todas as embarcações das nove modalidades de permissionamento apresentadas, serão encerradas e será divulgado no site do MPA e no Diário Oficial da União. Além disso, todas as embarcações terão 15 dias para desembarcar e o último desembarque deverá ser registrado em Mapa de Bordo.

A Sra. Elielma Borcem (SERMOP) finalizou sua apresentação dizendo que esses são os principais pontos da minuta e que quando for redigido, o texto será mais detalhado.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Atuns e Afins) agradeceu a Sra. Elielma e passou a palavra aos inscritos, para as intervenções acerca das duas apresentações.

O Sr. Carlos Eduardo Villaça (CONEPE) observou que na projeção apresentada pelo Sr. Rodrigo Sant'Anna (GTC), no dia 31/12, o *longline* não completou. Dessa forma, questionou se não era o momento de repensar a distribuição das duas cotas (*longline* e *handline*), considerando que o *longline* não havia atingido o seu total.

O Sr. Rodrigo Sant'Anna (GTC) respondeu que o modelo é uma abstração de uma modalidade, ou seja, em média, se tudo acontecer igual ao que foi no passado, vai se ter aquele atingimento no *longline*. Se considerar as consolidações que foram informadas no início deste trimestre à ICCAT, a produção do *longline* já foi de 50% de toneladas acima da produção do ano passado. Dessa forma, o Sr. Rodrigo Sant'Anna (GTC) pontuou que há uma margem de risco nesse processo, das embarcações matarem mais do que a expectativa assim como matarem abaixo da expectativa. O risco incorre devido ao estado em que o Brasil se encontra frente à ICCAT, por estar extrapolando as capturas dessa espécie pelo quarto ano seguido.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (CPG ATUNS E AFINS)

ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REUNIÃO VIRTUAL

BRASÍLIA / DF, 06 DE SETEMBRO DE 2023

O Sr. Rodrigo Sant'Anna (GTC) pontuou que quando se coloca um gatilho de 85% para parar uma pescaria, deve ser considerado todo o *delay* de informação que ainda vai chegar nesse meio tempo. Explicou que existe a possibilidade de fazer manobras como a sugerida pelo Sr. Carlos Eduardo (CONEPE), porém é necessário refletir sobre o risco que existe de extrapolar a cota novamente, e finalizou alertando que trabalhar com gatilhos exige essa análise de risco para tomada de decisão.

O Sr. Carlos Eduardo Villaça (CONEPE) agradeceu e afirmou que entendeu a explicação. Após, fez duas colocações em relação à proposta de minuta que foi apresentada.

Sobre a proposta dos portos indicados, ele relatou que no Ceará o setor observa que Acaraú e Itarema tem “muito força” e que os portos colocados na proposta não ficaram tão claros, pois nessa região existem vários portos.

O Sr. Carlos Eduardo Villaça (CONEPE) chamou atenção ao que foi colocado como um ponto de monitoramento, em relação à obrigatoriedade da emissão da nota fiscal de produtor, quando o produtor for pessoa física, e explicou que o regime fiscal e tributário do estado do Ceará isenta a pessoa física da emissão de nota de produtor. A nota é emitida como uma nota de entrada pelo adquirente, e não se trata de uma nota de produtor, se trata de uma nota fiscal de entrada. Dessa forma, sugeriu que houvesse uma adequação na minuta, conforme o regime tributário de cada estado.

Além disso, solicitou que incluísse Fortaleza, como opção de porto de desembarque, pois é um trapiche único, de fácil monitoramento.

O Sr. Pedro Gilson (ASPERN) relatou que o mesmo problema de nota fiscal de produtor existe no estado do Rio Grande do Norte, principalmente em Areia Branca, e que é substituído por uma nota de entrada.

Sugeriu também que Fortaleza fosse considerada como um ponto de desembarque. Em relação à cota que foi apresentada, não iria debater sobre e que iriam cumprir com as obrigações estabelecidas.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (CPG ATUNS E AFINS)

ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REUNIÃO VIRTUAL

BRASÍLIA / DF, 06 DE SETEMBRO DE 2023

O Sr. Pedro Gilson (ASPERN) relatou que no Rio Grande Norte existem 19 embarcações que têm licença de espinhel e estão reportando essa pescaria como cardume associado. Acrescentou que acontece o mesmo no Ceará, uma média de 35 barcos que tem licença de espinhel e reportaram como cardume. Ele perguntou se na paralisação do dia 12, as embarcações vão poder continuar trabalhando no cardume, e quando desembarcar, reportar como espinhel.

Além disso, o Sr. Pedro Gilson explicou que na vara, eles usam o anzol que tem uma lâmina pequena e que foi comprovado em 2015/2016, onde foram soltos mais de 1.500 peixes e depois foram capturados, com isso afirmou que os peixes têm condições de viver.

A Sra. Elielma Borcem (SERMOP) respondeu ao Sr. Pedro que em relação às licenças, todo armador que tem embarcação autorizada, ele tem que exercer a atividade de acordo com a licença dele, se ele executa uma atividade que está em desacordo com o petrecho dele, é considerado pesca ilegal.

O Sr. Alexandre Guerra Esponjeiro (SAPERJ) perguntou se a pesca de vara e isca viva da região Sudeste e Sul terá que parar quando estourar a cota, e declarou que ficará inviável, pois ninguém vai conseguir trabalhar por 4 ou 5 meses apenas.

Pontuou que as embarcações estavam paradas no início do ano e iriam iniciar a pesca em meados de outubro, porém, de acordo com o que foi posto, ficou entendido que não poderiam mais pescar e solicitou que fosse esclarecido.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Atuns e Afins) respondeu que com a publicação do ato, a proposta é que a modalidade de vara e isca viva pudesse continuar sua pesca, trazendo 1% do total da sua produção de bandolim e só seria fechada a pescaria quando se atingir 95% da cota global. Após o atingimento da cota global, os barcos devem realizar os desembarques em 15 dias, aqueles que estiverem fazendo sua pescaria.

O Sr. Alexandre Guerra Esponjeiro (SAPERJ) disse que pela previsão, observou que outubro/novembro seria atingido esses 95% da cota. O Sr. Edipo



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (CPG ATUNS E AFINS)

ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REUNIÃO VIRTUAL

BRASÍLIA / DF, 06 DE SETEMBRO DE 2023

respondeu que caso estivesse se referindo à cota global, a resposta seria não. O Sr. Alexandre então disse que havia entendido errado.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Atuns e Afins) explicou que o cardume chegaria a 93% em setembro, o *longline* na sua cota individual passaria os 85% só dia 31 de dezembro; afirmou que vara e isca viva já havia ultrapassado a sua cota, mas que não estava impedida de capturar, sendo que a proporção de cada cruzeiro de pesca não poderia trazer mais de 1% de bandolim.

O Sr. Alexandre Guerra Esponjeiro (SAPERJ) relatou que vara e isca viva ultrapassou a cota, mas que nenhum barco do Sudeste e Sul havia pescado em junho, julho, agosto e setembro e que podia garantir isso. Após, perguntou qual seria a previsão do fechamento da cota global.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo (Coordenador do CPG Atuns e Afins) solicitou que o GTC pudesse responder ao questionamento da previsão de fechamento da cota global.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN) declarou que há um problema na proposta apresentada, pois quando se fala em cota global, não se fala em cota por modalidade de pesca e acrescentou a pergunta ao GTC, se o gatilho era 90% para ser isonômico, se em 30 de setembro a pesca de boia estará com 93%, então em 12 de outubro provavelmente ela terá pescado 100% da cota e não 90%. Após, perguntou quanto significará de acréscimo esses 15 dias a mais, em termos de produção global, que será tirado de todas as pescarias.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN) declarou ainda que se jogar o acréscimo da pesca de boia, que seria 100% e não 90%, mais o acréscimo de todas as pescarias que vão continuar pescando dentro dos limites normais, possivelmente não chegará ao fim do ano. E ainda colocou que a cota por modalidade de pesca não está acontecendo, está se generalizando novamente.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN) afirmou que não tem oposição para que se encontre um procedimento para que todos continuem pescando, entretanto, pontuou que parar a pesca de vara e isca viva, que é extremamente importante para indústria do Sul do Brasil, em função de uma cota que não se alcançou, não



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (CPG ATUNS E AFINS)

ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REUNIÃO VIRTUAL

BRASÍLIA / DF, 06 DE SETEMBRO DE 2023

é uma proposta adequada e que a modalidade de vara e isca viva não pode ser prejudicada por conta de outras modalidades desorganizadas.

E finalizou perguntando ao Sr. Rodrigo Sant'Anna (GTC) como é que se chega aos 95%, considerando a captura adicional da boia até dia 12 de outubro e quanto isso irá impactar na cota global e solicitou a projeção de quando chegaria aos 95%.

O Sr. Rodrigo Sant'Anna (GTC) respondeu ao Sr. Alexandre Esponjeiro (SAPERJ) que relatou anteriormente que a vara e isca viva paralisaria naquele período, então disse que historicamente ela tem produção sim, o que ocorre é uma redução e não paralisação e isso deve ser considerado no *bycate* que é fornecido por esta pescaria

O Sr. Rodrigo Sant'Anna (GTC) concordou com o Sr. Alexandre Esponjeiro (SAPERJ) que uma modalidade "A" não pode causar impacto a modalidade "B", porém, no arrazoado do cálculo deve se chegar e tentar enxergar todas as participações possíveis. Observou que o cálculo não está propondo métrica de gestão, ele está tentando subsidiar a enxergar as produções atingidas.

O Sr. Rodrigo Sant'Anna (Pesquisador) chamou atenção para apresentação da Sra. Elielma (SERMOP), sobre um ponto que é muito importante, porém, negligenciado por todos, quando ela explicou que o monitoramento será dado com base no modelo e na informação de entrada.

Explicou que em havendo uma real redução das capturas, em detrimento ao que o estoque está vivendo, isso será ponderado na análise. Explicou que no dia 30 de setembro terá a consolidação do terceiro trimestre de dado oficial a ser reportado à ICCAT, se nessa consolidação for verificado que houve uma mudança no padrão de produção, será corrigido a estruturada e fórmula poderá ser repensada. Porém, se o valor apresentado no terceiro trimestre for muito maior que o modelo previa, será um problema maior ao Brasil.

O Sr. Rodrigo Sant'Anna (GTC) comentou a respeito das solturas dos peixes vivos, e que já tem experiências de acompanhamentos anteriores que tiveram observadores de bordo a bordo, soltando o peixe vivo, e pediu para que o Sr. Paulo



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (CPG ATUNS E AFINS)

ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REUNIÃO VIRTUAL

BRASÍLIA / DF, 06 DE SETEMBRO DE 2023

Travassos (coordenador do GTC) falasse um pouco mais sobre isso e garantiu que existe essa possibilidade sem impactar outras espécies. Finalizou pedindo 5 minutos para fazer o cálculo de quando se atingirá a cota de 100%, que foi solicitado pelo Sr. Rivetla Edipo (Coordenador do CPG).

O Sr. Rivetla Edipo (Coordenador do CPG) solicitou que fizesse o cálculo tanto com 95% como 100%.

O Sr. Gabriel Calsavara (PESCA BR) reconheceu que a cota de 5.441 t não é suficiente, porém, se é o que está posto, deve-se cumprir e cada modalidade deve respeitar seus limites e não concorda em ficar remanejando captura de uma modalidade para outra. Além disso, sugeriu que se houvesse excedente de cota, poderia se fazer uma justificativa à ICCAT. Após, perguntou ao MPA e ao GTC de que maneira poderiam administrar as cotas para que cada modalidade cumpra seus 100%.

O Sr. Ullyses (APEDI) iniciou agradecendo a iniciativa do CPG, em ouvir o setor pesqueiro e após sugeriu que era necessário instituir as modalidades de pesca de uma forma organizada, onde o armador consiga ter sua licença e essas licenças gerarem números para que se possa ir à ICCAT com os números mais reais possíveis. Ele colocou que talvez a cota que está estabelecida seja de 5.441 t, por falta de informações reais e, por conta disso, acabam extrapolando a cota.

Além disso, o Sr. Ullyses (APEDI) declarou que é totalmente contra a proibição de parar a modalidade inteira e sugeriu que ao invés de proibir 100% de pescar, que seja colocado a devolução ao mar da albacora bandolim e demonstrou preocupação com a possível parada da pesca no final do ano e com os impactos sociais e econômicos que isso trará.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador do GTC) solicitou consciência de que este momento na pesca dos atuns é uma situação extraordinária e que não é possível avançar na discussão se não houver consciência de respeitar o limite de 5.441 t imposto pela ICCAT.

Ressaltou que em decorrência da ineficiência do controle e monitoramento, o GTC está sendo obrigado a usar o modelo preditivo, além da dificuldade que o



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (CPG ATUNS E AFINS)

ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REUNIÃO VIRTUAL

BRASÍLIA / DF, 06 DE SETEMBRO DE 2023

setor tem em entregar os Mapas de Bordo dentro de um prazo que se possa tomar uma decisão.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador do GTC) pontuou também sobre a gestão compartilhada do MPA e MMA, que existem divergências entre as pastas, pois os objetivos dos ministérios são diferentes, porém, estão tentando entrar num consenso para uma tomada de decisão.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador do GTC) alertou aos membros sobre a necessidade de se tomar uma decisão o mais breve possível, devido ao curto tempo que se tem para publicar uma Portaria para demonstrar que medidas foram tomadas no âmbito da ICCAT. Por fim, salientou que caso não seja feito o sacrifício agora, o Brasil poderá perder o direito de pesca no ano de 2024.

O Sr. Rivetla Edipo (Coordenador do CPG) complementou a fala do Sr. Paulo Travassos (Coordenador do GTC), que além de chegar em novembro com um posicionamento frente à ICCAT, o MPA deverá responder à ICCAT até outubro, e isso reduz ainda mais o tempo.

Posteriormente, o Sr. Rivetla Edipo (Coordenador do CPG) alertou sobre o horário limite da reunião que seria até às 17:00hs por conta do desfile do dia 7 de setembro.

O Sr. Gilberto Sales (MMA) corroborou com a fala do Sr. Paulo Travassos (Coordenador do GTC) e que acredita que a situação é muito grave no que se refere a manter essas cotas na ICCAT.

Pontuou que nas discussões que houve entre o MPA e MMA, em relação à minuta, além da sugestão de se ter um limite de 95% para bater a cota, os 15 dias a mais e que tudo isso agrega fragilidades à equação, mas que teriam que conviver com elas. Porém o que mais lhe preocupou foi a possibilidade da frota do cardume associado soltar uma espécie. O Sr. Gilberto Sales colocou que embora experimentos já relatados, que é possível a soltura dos peixes vivos, salientou que foram experimentos controlados, e acredita que numa operação de pesca com centenas de embarcações, onde a possibilidade de monitoramento será em média



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (CPG ATUNS E AFINS)

ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REUNIÃO VIRTUAL

BRASÍLIA / DF, 06 DE SETEMBRO DE 2023

5%, geraria uma fragilidade muito grande. Dessa forma, sugeriu que a frota de cardume associado parasse a pesca quando atingisse sua cota.

O Sr. Gilberto Sales (MMA) disse que estão em tratativas junto à Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), para possibilitar o monitoramento e salientou que isso é uma possibilidade e que vai depender de uma série de trâmites burocráticos entre as entidades públicas envolvidas. Declarou que é uma operação muito complexa, que o CPG está se arriscando para conseguir dar conta da estratégia proposta. Por ser uma incerteza, o Sr. Gilberto Sales (MMA) sugeriu novamente que a frota de cardume pudesse parar de pescar assim que atingir a cota, pois facilitaria o processo de cumprir com a cota.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN) pontuou sobre a fala do Sr. Paulo Travassos (coordenador GTC), que sem dúvida alguma todos teriam que fazer sacrifícios, mas com equilíbrio. Argumentou que se a projeção indica que vão chegar ao final do ano com 84%, os 16% da cota do espinhel já seria uma parte desse sacrifício.

Ele chamou atenção aos números apresentados para as projeções do dia 30 de setembro: a vara e isca viva estaria 149% da cota, o espinhel de superfície com 121%, o cerco com 105% e a boia com 93% e que até ser publicada a portaria irá ultrapassar os 100%, e argumentou que a única frota que não pescou os 100%, que está com 63%, está sendo prejudicada. Frota que entrega dados mensalmente e é monitorada, e afirmou que essa frota deveria ter direito de chegar no seu gatilho.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN) lembrou que nas últimas reuniões tinha ficado acordado que cada modalidade iria cumprir a sua cota e o que ele considera justo. Sugeriu que assim como o cardume associado está sendo olhado com atenção, em relação à questão social, a frota de espinhel também deveria ser olhada com atenção e consideração pelo histórico dela. Demonstrou preocupação sobre a parada da pesca em alta temporada, mas não se opôs em buscar uma alternativa exótica e ressaltou que essa alternativa seja adotada somente para este ano, que para os próximos anos possa ter uma cota definida para cada modalidade e cada uma cumpra com o que lhe foi estabelecido.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (CPG ATUNS E AFINS)

ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REUNIÃO VIRTUAL

BRASÍLIA / DF, 06 DE SETEMBRO DE 2023

A Sra. Luana Specht (SINDIPI) declarou que não concorda com o fechamento total das modalidades da região Sudeste e Sul, mas que concordaria com a proibição da descarga da espécie. Após, perguntou quanto seria o percentual do cardume associado e do espinhel somente para região Sudeste e Sul, pois no cálculo apresentado está uma cota geral.

O Sr. Carlos Eduardo (CONEPE) solicitou novamente os cálculos ao Sr. Rodrigo Sant'Anna.

Em resposta, o Sr. Rodrigo Sant'Anna (GTC) disse que 95% da cota global se atingiria no dia 31/10 e a expectativa de se atingir os 100% seriam no dia 11/11, considerando o modelo de série histórica construído.

Posteriormente, o Sr. Rodrigo Sant'Anna (GTC) respondeu à Sra. Luana (SINDIPI) que naquele momento as informações do Sudeste e Sul não estavam disponíveis. Além disso, chamou atenção sobre a demora em se chegar a um consenso e tomar uma decisão. Pontuou a fala do Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN), quando falou sobre a contribuição nas entregas dos dados, que não era um mérito somente do espinhel, e que ainda sim o espinhel entregou o mínimo possível, e que o GTC tem dificuldades para obter os dados, o que justifica a utilização do modelo de estimação para determinar quanto será produzido de BET. Finalizou dizendo que se não houvesse uma decisão, seria pior em inúmeros âmbitos.

O Sr. Carlos Eduardo (CONEPE) pontuou que o setor pesqueiro está muito egocêntrico, que cada um está pensando nas suas vantagens e desvantagens e acabaram deixando uma urgência virar uma emergência. Além disso, diante da situação, sugeriu que o governo tomasse uma decisão com responsabilidade e que inclusive afirmou que esta decisão estava atrasada, considerando a resolução 2101 e 2201, nos arts. 14,15 e 16 e as citou: *cabe às partes notificar a comissão quando do atingimento de 80% do limite de captura de bigeye de cada país*. Após, salientou que se chegou aos 80% e que isso representa uma falha com o *compliance*, com o cumprimento das obrigações brasileiras perante ao ICCAT.

O Sr. Pedro Gilson (PESCA BR) concordou com a fala do Sr. Carlos Eduardo (CONEPE). Afirmou que a modalidade de cardume associado não está ilegal, que



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (CPG ATUNS E AFINS)

ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REUNIÃO VIRTUAL

BRASÍLIA / DF, 06 DE SETEMBRO DE 2023

contribuíram com a questão das cotas, que irão soltar o peixe vivo, que vão providenciar os observadores a bordo, porém, colocou que parar uma categoria por conta de uma só espécie seria uma catástrofe e que era necessário ter essa coerência.

Se posicionou em relação a pescaria do espinhel, já que eles pescam mais *bigeye*, o cardume abriria mão dessa espécie e direcionaria a pesca ao bonito e ao *yellowfin*. E ainda colocou que se ficassem brigando por posições, não se chegaria a lugar nenhum.

O Sr. Gabriel Calsavara (PESCA BR) declarou que as medidas de monitoramento colocadas pelo MPA estavam perfeitas e que além disso, o MPA deveria colocar fiscais nos portos. Discordou da fala do Sr. Carlos Eduardo, e disse que o governo deveria decidir conjuntamente com o setor pesqueiro.

O Sr. Gabriel Calsavara (PESCA BR) afirmou que a pesca de espinhel tem contribuído historicamente com informações, com dados acima do que estabelece o Mapa de Bordo e que não era justo dizer que a categoria contribuiu com o mínimo. Por fim, disse que estão financiando uma parte do recurso do programa de observador de bordo na Universidade Federal Rural de Pernambuco.

O Sr. Ulysses (APEDI) perguntou porque não se coloca somente a proibição da espécie albacora-bandolim e não a proibição da modalidade. Solicitou que deveria se chegar a um ponto incomum com o setor pesqueiro.

O Sr. Paulo Travassos (Coordenador do GTC) relatou que em outras situações já foram adotadas medidas de liberação de peixes ao mar, após captura, com relação à recuperação de estoques do atum azul, de leste a oeste. Citou a recomendação 1014 e a 1716, nas quais existia uma iniciativa de liberar peixes jovens do atum azul, na faixa de 115 centímetros de comprimento. Se adota tanto em espécie alvo, como para fauna acompanhante.

O Sr. Fabiano Müller (Secretaria de Santa Catarina) colocou-se contra o encerramento das atividades das frotas da região Sudeste e Sul, por conta de uma única espécie.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (CPG ATUNS E AFINS)

ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REUNIÃO VIRTUAL

BRASÍLIA / DF, 06 DE SETEMBRO DE 2023

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA RN) direcionou a fala ao Sr. Pedro, dizendo que não estava contrário a achar alternativa em relação a pesca da boia, mas o que gostaria de deixar claro que no próximo ano não deveria haver a mesma discussão se todos fizerem seu dever de casa, e que se estabeleça quem é legal e quem é ilegal, independente da frota.

Declarou que não concorda com a fala do Sr. Carlos Eduardo (CONEPE), em relação ao governo tomar uma decisão. Em relação a pesca de boia, declarou que é inaceitável que somente ela permaneça pescando e todas as demais modalidades parem de pescar.

O Sr. Gustavo Burle (Convidado ABIPESCA) sugeriu de antecipar a parada do bigeye no cardume associado, para que o espinhel consiga chegar até o final do ano.

O Sr. Rodrigo Sant'Anna (GTC) respondeu ao Sr. Gustavo Burle (Convidado ABIPESCA) que caso tivesse a redução no cardume, sobraria para as outras modalidades pois essa relação é direta. Após, declarou que apesar dos posicionamentos sobre o cardume parar de capturar o *bigeye* assim como a vara e isca viva, o problema seria como controlar a despesca, a liberação das espécies e a não produção.

Em seguida, disse que a única forma seria acompanhar a bordo e questionou qual seria a capacidade do setor em resolver isso em um curto espaço de tempo. Por fim, disse que seria possível, porém, perguntou de que forma fariam o controle disso.

O Sr. Gustavo Burle (Convidado ABIPESCA) falou que partindo do pressuposto que o monitoramento é viável, perguntou em qual data o cardume precisaria parar de pegar *bigeye*, para que o espinhel conseguisse continuar pescando até o final do ano, e em seguida declarou que essa data resolveria o problema de todo mundo.

O Sr. Rivetla Edipo (Coordenador do CPG) interveio na fala do Sr. Gustavo Burle (Convidado ABIPESCA) e disse que a resposta da pergunta dele seria em



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (CPG ATUNS E AFINS)

ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REUNIÃO VIRTUAL

BRASÍLIA / DF, 06 DE SETEMBRO DE 2023

outro momento por conta do pouco tempo de reunião ou que ele poderia colocar no *chat* para que o Sr. Rodrigo Sant'Anna respondesse.

O Sr. Jorge Machado (FNTTA) declarou que era totalmente contra a proibição e que caso isso viesse acontecer, seria uma falha no social e que era necessário disciplinar o setor.

O Sr. Jairo Gund (ABIPESCA) perguntou se as considerações do *chat* seriam consideradas nos autos do processo, pois lá havia muitas considerações interessantes que não foram faladas via áudio.

O Sr. Rivetla Edipo (Coordenador do CPG) respondeu que se as considerações fossem de membros ou convidados, elas seriam consideradas, mas de ouvintes não.

O Sr. Jairo Gund (ABIPESCA) declarou que a fala do Sr. Carlos Eduardo (CONEPE) difere do posicionamento da ABIPESCA.

O Sr. Gabriel Calsavara (PESCA BR) solicitou que fechassem a proposta e propôs que o cardume associado parasse de pescar *bigeye* para que o espinhel pudesse pescar até o fim do ano, cumprindo seu limite de captura, e entendeu que o Sr. Pedro Gilson seria de acordo com a proposta. Além disso, sugeriu que se houvesse um excedente na pesca, poderia se buscar uma justificativa junto à ICCAT.

O Sr. Pedro Gilson (ASPERN) pronunciou-se em relação à proposta e que estava alinhando com o Sr. Paulo Travassos (coordenador do GTC) os observadores de bordo, e que se eles conseguissem no dia primeiro ou no dia 2 os observadores de bordo, a partir da saída dos barcos, ele acredita que já poderiam parar para que se não estourasse a cota, e que continuariam pescando o *bigeye* e dos bonitos, conseguindo manter os cardume, caso contrário a extinção seria imediata desse pescaria. E finalizou que seria o meio mais correto de se fazer, porém solicitou que o cardume pudesse utilizar os dois modelos de anzóis que eles têm.

O Sr. Gabriel Calsavara (PESCA BR) colocou que as duas frotas estavam propondo a mesma coisa, o que representava 80% e solicitou a data ao Sr. Rodrigo



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (CPG ATUNS E AFINS)

ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REUNIÃO VIRTUAL

BRASÍLIA / DF, 06 DE SETEMBRO DE 2023

Sant'Anna (GTC) para que eles possam suspender a pesca e pôr em prática o acordo proposto.

A Sra. Flávia Frédon (SERMOP) declarou que as condições que foram colocadas na minuta em relação ao cardume associado, terão as tratativas finais com o MMA, mas somente serão aplicadas somente se as condições estiverem em curso, caso contrário não tem. Ela também observou que não existe a possibilidade de se ultrapassar nenhuma tonelada a mais da cota e justificar para a ICCAT.

Por fim, disse que a minuta apresentada foi a que mais teve avanço e que o MMA e o MPA só vão liberar com todas essas ressalvas para que se possa garantir a soberania da cota para o ano que vem.

O Sr. Gabriel Calsavara (PESCA BR) declarou que se o MPA não tivesse condição de assegurar que será cumprido essa questão do observador de bordo, perguntou o que deveria ser cumprido por parte do setor. Pontuou que caso o MPA não tivesse condições, não deveria ser colocado na mesa.

A Sra. Flávia Frédon (SERMOP) declarou que as condições sugeridas pelo MPA estão todas em andamento.

O Sr. Paulo Travassos afirmou que o MPA, MMA e o GTC estão imbuídos de tentar viabilizar o monitoramento através de observadores de bordo, assim como, monitoramento de desembarques, com foco nas duas principais modalidades, apesar de que o ideal seria abranger todas elas. O problema são os prazos que se tem para correr com os trâmites administrativos, desde assinaturas de contrato, convênios, repasse dos recursos e iniciar os embarques, e o segundo ponto é que o setor tem mais de 10 anos de suspensão do programa observador de bordo, por conta disso não se tem profissionais qualificados para atender a demanda atual. Dessa forma, o GTC está tentando buscar alguns profissionais que já trabalharam em projetos de pesquisa, como o PROTUNA, para se ter o máximo possível de técnicos capacitados para embarcar de imediato, caso contrário, terá que se passar por um processo de capacitação, e por conta do prazo, isso está fora de questão.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (CPG ATUNS E AFINS)

ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REUNIÃO VIRTUAL

BRASÍLIA / DF, 06 DE SETEMBRO DE 2023

Por fim, declarou que o esforço está sendo feito há alguns meses, porém não está sendo fácil por conta das questões mencionadas.

A Sra. Flávia Frédon (SERMOP) pediu para complementar a sua fala em relação ao cardume associado, da impossibilidade da liberação do cardume associado sem tenha o observador de bordo garantido.

Afirmou que existem dois programas, um emergencial, e outro que seria a partir do ano que vem e duraria por 3 anos. Então, afirmou que só poderiam liberar a frota de cardume para que tivesse a possibilidade de liberar vivo, se observadas as premissas colocadas, que foi uma premissa colocada também pelo MMA.

Explicou que essa questão da liberação das espécies não diz respeito a questão do espinhel, diz respeito a responsabilidade do governo com isso. Pontuou que na data da reunião, dia 6 de setembro, já era para estar com a normativa pronta, com tudo engrenado, logo quando essa frota tivesse o seu gatilho, nesse sentido, não pode liberar antes disso. Falou que pediram à Universidade que passasse o projeto na frente, por se tratar de uma questão de soberania do país.

O Sr. Gabriel Calsavara (PESCA BR) ofereceu uma ajuda e falou que o SINDIPESCA RN está fazendo um convênio com a Universidade Federal Rural de Pernambuco, transferindo recurso para poder dar um *start* no programa de observador de bordo e perguntou ao Sr. Paulo Travassos (coordenador CPG) se os recursos poderiam ser direcionados para pesca da boia, ao invés de ser para o espinhel.

O Sr. Paulo Travassos respondeu que sim, que não haveria problemas em relação a isso. Aproveitou a oportunidade para informar que quando o recurso vem da iniciativa privada, ele não precisa passar por um trâmite administrativo mais pesado dentro da Universidade. Então seria a iniciativa privada direto com a fundação e assim tramitaria de uma forma mais rápida e conseguiria ter observador disponível num espaço mais curto do que nos outros formatos.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL
COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (CPG ATUNS E AFINS)

ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REUNIÃO VIRTUAL

BRASÍLIA / DF, 06 DE SETEMBRO DE 2023

O Sr. Paulo Travassos comunicou que o Sr. Gabriel e Rodrigo Hazin haviam entrado em contato para tentar viabilizar a proposta que eles fizeram na reunião.

A Sra. Flávia Frédon (SERMOP) declarou que tirando o problema da Universidade, o que foi colocado pelo Sr. Gabriel Calsavara aceleraria bastante, e ainda teria que pensar na questão do monitoramento nos portos.

O Sr. Pedro Gilson declarou que consegue cumprir com os observadores de bordo e com os portos, bastaria o Sr. Paulo Travassos confirmar.

O Sr. Gabriel perguntou qual a data limite para colocar tudo que foi colocado em prática.

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) agradeceu a pergunta feita pelo Sr. Gabriel, porém, precisava encaminhar o fim da reunião.

ENCERRAMENTO

O Sr. Rivetla Edipo Araujo Cruz (Coordenador CPG Atuns e Afins) agradeceu a participação de todos, afirmou que após a terceira reunião extraordinária chegaram a um amadurecimento e fundamentos para que possa ter uma normativa mais consolidada e uma tomada de decisão de governo.